

O ENSINO DA ORALIDADE EM SALAS MULTISSERIADAS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA ESCOLA RURAL EM JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

Adriane Soares de Barros¹

Juliana da Cunha Sampaio²

Resumo

Esta pesquisa apresenta uma análise sobre o uso da oralidade como mecanismo facilitador do processo de alfabetização e de construção e conservação da identidade camponesa. Através do uso de entrevistas semi-estruturadas, análise de conteúdo, observação participativa, com elaboração de diários e registros fotográficos ilustrativos, percebemos a fragilidade das metodologias e estratégias utilizadas pelas professoras para alfabetizar nas turmas multisseriadas, em virtude das diferenças nos níveis de aprendizagem dos alunos e da grande distorção do fluxo escolar. Verificamos, ainda, as práticas da oralidade desenvolvidas na referida Escola, e constatamos a utilização de atividades orais com vistas à divulgação de conteúdos religiosos e local.

Palavras-chave: Ensino multisseriado. Oralidade. Escola do campo.

1. Introdução

Quando se fala em educação logo vem ao pensamento uma situação pedagógica: Como esta ocorre em sala de aula? Qual a realidade existente nos dias atuais? Tudo isso realmente se faz presente, mas a situação é ainda mais impactante quando o assunto é educação em meio rural. Após inúmeras conversas com pessoas do meio acadêmico e análise do atual perfil curricular do curso de Pedagogia, constatamos que o tema da Educação em Meio Rural não é tratado na formação de novos profissionais ou, pelo menos, não com a atenção merecida. Torna-se evidente tal descaso quando o assunto é a existência da prática de ensino multisseriado. Isso demonstra como a Academia relega o

¹Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. adrianesoaresbarros@hotmail.com

²Mestre em História Social da Cultural Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional, do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. julianacs01@outlook.com

assunto ao esquecimento, o que nos serviu de estímulo na busca do conhecimento sobre esta temática e sobre como relacionar as dificuldades encontradas pelos profissionais da área para a prática da alfabetização. Dificuldades essas que vão desde a falta de material didático, difícil acesso às escolas, ambiente inadequado para o ensino e até às condições fisiológicas dos alunos, como a ausência de merenda.

Quando se pesquisa sobre o processo de alfabetização, fica notória a ênfase por parte dos autores no uso da oralidade para fortalecer esse processo. Alfabetizar não é só aprender a codificar e decodificar o Sistema de Escrita alfabética, mas sim, proporcionar uma maior interação com a cultura letrada existente. Como o ambiente rural apresenta uma escassez de diversidade de material escrito, bem como a cultura existente também influencia nesse contexto, observa-se a transmissão de conhecimentos através da oralidade, semelhante a uma música ou receita do dia a dia. Isto acaba se refletindo nas precárias salas de aula existentes, muitas vezes improvisadas em grandes salões, com um quadro e algumas carteiras, ambientes muito encontrados, por exemplo, nos assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST).

Estudar sobre a educação no campo nos remete à busca de uma realidade pouco explorada e conhecida, que nos leva a questionar sobre o que é realmente a educação do campo. A Lei de Diretrizes e Bases – LDB N. 9.324, de 20 de dezembro de 1996, caracteriza educação como processos formativos que se desenvolvem no âmbito familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais, ou seja, em todos os lugares que existam relações humanas. Com a escola do campo não é diferente. A identidade caracteriza-se pela vinculação às questões inerentes à sua realidade, embasada em saberes próprios dos estudantes e na memória coletiva, que vem a favorecer a construção de uma visão do futuro e da defesa de seus projetos, através de seus movimentos sociais e pela busca de uma qualidade de vida. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Art. 2º., Parágrafo único, 2013)

Ao utilizar o termo educação do campo e não rural, que é comumente usada, procura-se incluir nessa pesquisa uma reflexão sobre o sentido do atual trabalho camponês e de suas lutas sociais e culturais. Referimo-nos a uma educação voltada aos trabalhadores do campo, sejam indígenas ou os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Ou seja, esta pesquisa busca ser realizada em uma escola com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

Objetivamos desenhar a realidade do campo, temos como cenário desta pesquisa as salas de ensino multisseriado da Escola Municipal Rural Professora Menininha Batista, localizada no Engenho Megaípe, 10, Jaboatão dos Guararapes - PE. Por se tratar de uma forma de organização de classes recorrente no sistema educacional brasileiro, conforme demonstram os dados mais recentes disponibilizados pelo INEP, através do Censo Escola de 2011, o Brasil possuía, naquele ano, 45.716 escolas com salas de ensino multisseriadas, destas 42.711 localizavam-se na zona rural e 3.005 na zona urbana, totalizando 1.040,395 matrículas na zona rural e 91.491 matrículas na zona urbana. Tais classes contêm alunos de diversas idades e níveis de aprendizados, sendo todos eles instruídos por um único profissional da educação. Tomando como *locus* de pesquisa o município de Jaboatão dos Guararapes, recorreremos aos dados da Secretaria Executiva de Educação do Município - SEE, segundo a qual existem vinte escolas consideradas rurais.

Deste total, duas escolas possuem turmas multisseriadas e seriadas. Algumas delas, mesmo estando localizadas no campo, atendem a uma população cujas atividades estão relacionadas à zona rural e urbana (moradia, trabalho). Esta constatação aliada à compreensão da grande diversidade de ambientes físicos e sociais de que se constitui o universo rural, impõe desafios que vão desde o reconhecimento de formas alternativas de organização dos tempos e espaços escolares até a definição de estratégias específicas de formação de profissionais, de elaboração de instrumentos legais e materiais, a fim de atender a necessidade da educação no Município.

Conforme o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, o ensino multisseriado é uma forma de organização que traz maior dificuldade de planejamento para os professores, pois exige a elaboração de estratégias variadas para atender não só a diferentes necessidades de conteúdos, como também a grande variação de interesses e modos de interação das diferenças de faixas etárias dos estudantes. Sabemos que para atender aos objetivos educacionais propostos para uma turma multisseriada, exige-se a criação de um currículo que possa atender as especificidades das crianças do campo em relação à escola e à comunidade (PNAIC,2012).

O artigo 28 da LDB/1996 assegura essas adaptações como sendo necessárias para que a educação básica seja ofertada de forma adequada, criando possibilidades de se redefinir o currículo, a organização da escola e as metodologias, considerando as necessidades desses estudantes, visando à relação escola-trabalho, evitando o fracasso escolar e a garantia de um padrão mínimo de qualidade.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (Art.28, LDB/1996).

A oferta de Educação do Campo com padrões mínimos de qualidade estará sempre subordinada ao cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Operacionais, especificadas na Resolução CNE/CEB nº 1/2002. O reconhecimento de que o desenvolvimento rural deve ser integrado à educação é recomendado dentre os entes Federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o intuito de articularem as ações dos diferentes setores que participam desse desenvolvimento, em especial, os municípios, pois estão mais próximos dos locais em que residem as populações rurais. Se faz necessário que essas escolas possam ser confrontadas, caso se pretenda enfrentar o fracasso escolar e afirmar as identidades culturais dos povos do campo, essa heterogeneidade inerente ao processo educativo deve ser consolidada através das políticas e práticas educativas para o meio rural, para que não se perpetue a problemática educação que se efetiva nas escolas multisseriadas.

Em uma sala multisseriada, o processo de ensino-aprendizagem de forma dialética promove a formação de novos conhecimentos, trazendo uma ideia de seres humanos como indivíduos inacabados e passíveis de uma curiosidade crescente. Para Vasconcellos, a metodologia dialética é baseada na relação homem-conhecimento:

Uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se em outra concepção de homem e de conhecimento. Entende o homem como um ser ativo e de relações. Assim, entende que o conhecimento não é "transferido" ou "depositado" pelo outro (conforme a concepção tradicional), nem é "inventado" pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim que o conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. (VASCONCELLOS, 1992)

A alfabetização do alunado do meio rural é um processo de ampliação cultural e de reafirmação dos valores dos povos do campo. Sua prioridade é a de favorecer um aprendizado significativo, que quebre com as tendências engessadas e com pouco aprofundamento, assumindo uma perspectiva de uma alfabetização que tenha sentido

para os alunos. Dessa forma, eles podem assumir diferentes papéis sociais, refletindo sobre o ato de ler e escrever e a função social desse ato, fortalecendo a cultura e valorizando os saberes dos grupos nos quais estão inseridos, possibilitando à criança refletir sobre seus valores para que seja capaz de atuar com êxito, nas mais diversas situações de uso da língua escrita e com o acesso às mais variadas práticas, tanto dos centros urbanos, como nas comunidades rurais.

Esses fenômenos refletem uma realidade não só vista na região rural do Brasil, mas também no Estado de Pernambuco e que, muitas vezes, acaba esquecida pelas autoridades políticas. Espera-se que essa pesquisa possibilite o desenvolvimento de um novo olhar para o campo, não só como um lugar pobre e de difícil acesso, mas como um lugar rico de diversidade, no qual é possível se buscar uma prática docente diferenciada, principalmente quando se trata de alfabetizar em um lugar em que nos deparamos com a prática de ensino multisseriada. Nessa perspectiva, a educação, ou mais precisamente, a alfabetização é parte dos direitos de aprendizagem de todas as crianças. “O importante é que esses direitos sejam garantidos em situações que favoreçam a construção de identidades pessoais e sociais compatíveis com os anseios das comunidades do campo.” (PNAIC, 2012).

Os maiores índices de repetência, evasão e abandono provêm justamente das escolas de comunidades rurais e, mais especificamente, desse tipo de classes. Essas instituições de ensino possuem escolas com turmas multisseriadas, que só oferecem turmas até o 5º ano do ensino fundamental, e onde o processo de ensino-aprendizagem ocorre a todo o momento e em qualquer lugar. No processo pedagógico, alunos e professores estão sujeitos a atuar de forma consciente, sendo assim não se tratam apenas de sujeitos do processo de conhecimento e aprendizagem, mas de seres humanos inseridos numa cultura com histórias particulares de vida.

Nesse cenário, essa pesquisa analisa as estratégias para o ensino da oralidade em salas multisseriadas do ciclo de alfabetização na Escola Municipal Rural Menininha Batista, localizada em Jaboatão dos Guararapes, através da investigação do uso de recursos didáticos para o ensino da oralidade, que busquem uma afirmação desse método como instrumento de alfabetização e preservação da identidade e da cultura camponesa. Para tanto, buscamos conhecer a concepção teórico-metodológica sobre a oralidade da professora da turma multisseriada do ciclo de alfabetização da referida Escola, e analisar suas estratégias e planejamento para o ensino da oralidade.

Utilizamos, ainda, para construir o perfil da escola, da educadora e para compreender o uso da oralidade do contexto daquela instituição, as seguintes questões norteadoras: quem são os educadores da Escola Rural Menininha Batista? Há ligação destes educadores com o contexto do campo? De que forma os conteúdos são apresentados pelos educadores aos alunos? A oralidade é utilizada como instrumento de alfabetização e de preservação da cultura e identidade camponesa?

Para respondermos aos questionamentos levantados, utilizamos como recursos metodológicos observações, com elaboração de diários, entrevistas semi-estruturadas e produção de imagens fotográficas, a título de ilustração, da escola pesquisada. Analisamos, ainda, o Projeto Político Pedagógico da escola a fim de traçar e apresentar as características, contexto e atividades desenvolvidas na instituição.

2. Referencial Teórico

2.1 A escola do Campo

A educação é um direito social, garantido pela Constituição Federal de 1988, e a escola funciona, nesse contexto, como espaço de luta pela garantia deste e de outros direitos: saúde, moradia, terra, teto, segurança, mobilidade, lazer, cultura, proteção à infância etc. Para que esses direitos sejam efetivamente assegurados, é necessário que as instituições educacionais permitam a participação efetiva da comunidade escolar e local nos seus processos de organização e decisão. Alguns mecanismos possibilitam essa participação como a elaboração do Projeto Político Pedagógico e do currículo. Sobre este último aspecto, Stoer e Cortesão asseveram:

Elaborar currículos culturalmente orientados demanda uma nova postura, por parte da comunidade escolar, de abertura às distintas manifestações culturais. Faz-se indispensável superar o daltonismo cultural, ainda bastante presente nas escolas. O professor daltônico cultural é aquele que não valoriza o arco-íris de culturas que encontra nas salas de aula e com que precisa trabalhar, não tirando, portanto, proveito da riqueza que marca esse panorama. É aquele que vê todos os estudantes como idênticos, não levando em conta a necessidade de estabelecer diferenças nas atividades pedagógicas que promove (STOER e CORTESÃO, 1999, Apud CANDAU e MOREIRA, 2007, p.31).

Esta relação entre a comunidade, a escola e o professor é essencial, haja vista que a escola incentiva a formação e a valorização da singularidade e da identidade dos indivíduos. Não bastando a heterogeneidade que envolve a realidade do campo, as transformações políticas, sociais, culturais e ambientais oriundas de avanços tecnológicos e científicos provocaram grandes mudanças na vida do campo. As tecnologias agrícolas e diferentes alternativas de produção, criadoras de novas formas de organização social e produtiva mudaram a relação do homem com o meio em que vive e a construção de novas relações entre as pessoas e delas com o meio ambiente faz do campo um lugar diferenciado para a prática pedagógica. Santos (2009) defende que

[...] os conteúdos curriculares devem permitir que os alunos desenvolvam sua capacidade de argumentação, de questionamento, de crítica e sua capacidade de formular propostas de solução para problemas detectados. [...] é fundamental que o currículo trabalhe com habilidades que vão além do desenvolvimento cognitivo e envolvam diferentes campos da cultura, garantindo a presença de produções culturais dos mais diferentes grupos sociais e culturais, de tal modo que os estudantes sejam capazes de lidar com a diferença, valorizando e respeitando a cultura do outro, condição necessária para a vida em uma sociedade realmente democrática (SANTOS, 2009, p. 13-14 Apud LIMA).

Entretanto, essas transformações ocorridas no campo causaram grandes inquietações em muitos educadores, levando-os a refletir sobre que tipo de sociedade deve ser construída no meio rural, visando ao perfil do sujeito que vive neste local. Os saberes e as competências que os sujeitos possuem são as bases para a transformação diante dessa realidade, quais conteúdos devem ser priorizados no currículo das escolas rurais com o intuito de promover a formação crítica dos jovens, comprometida com a construção de políticas de desenvolvimento que promovam a preservação do patrimônio ambiental e cultural dessas comunidades e que permitam a melhoria da qualidade de vida, ou seja, o currículo nesse sentido é “[...] um instrumento de confronto de saberes: o saber sistematizado, indispensável à compreensão crítica da realidade, e o saber de classe, que o aluno representa e que é resultado das formas de sobrevivência que as camadas populares criam”. (VEIGA 1995, p. 82 apud LIMA), valorizar o saber dos povos do campo é ter um ponto de partida para o trabalho educativo que seja significativo para esses grupos.

A construção de novas formas de pensar a educação no campo requer também que se rompa com o pensamento de ciência e educação, construído a partir do paradigma conservador, o qual se sustenta através da lógica da exclusão, dominação, negação das diferenças e da imposição de novos modos de pensar e agir. Estes princípios são baseados no modelo da sociedade capitalista, voltado à valorização da competitividade e do individualismo. O currículo no meio rural deve ser pensado numa perspectiva crítica e emancipadora, rompendo com as práticas formativas fragmentadas, descontextualizadas e acríticas (LIMA, 2013).

Através de práticas contextualizadas, que concebam os alunos enquanto protagonistas na produção do conhecimento, uma proposta curricular que agregue outras linguagens, outros sonhos, outros valores negados ou silenciados, sejam pelas práticas educativas autoritárias, sejam conservadoras; que crie novas possibilidades de diálogos e reflexão sobre as diversidades culturais presentes no campo, permitindo que os alunos se reconheçam enquanto diferentes e estabeleçam novas trocas culturais enriquecedoras.

É importante que, seja feita uma avaliação do contexto e da prática das quais as crianças participam muitas vezes, o professor é surpreendido e encontra práticas de escrita não identificadas na escola ou não valorizadas (SÁ E MESQUITA, 2012). As crianças do meio rural estão ligadas ao trabalho produtivo, o ambiente de trabalho é geralmente familiar, doméstico. Muitas vezes as crianças crescem inseridas no mundo do trabalho dos pais, por isso, é muito importante, que a escola analise e se aproxime desta realidade das crianças do campo. Outra particularidade sobre as infâncias do campo se refere ao grau de participação social das crianças no conjunto de práticas culturais, ritualístico-religiosas, políticas e cívicas.

Por estarem, em geral, incluídas numa variedade de eventos da vida social, as crianças se apropriam simbolicamente de seus significados, da linguagem utilizada em cada contexto. Encontra-se aí importante fonte de constituição de suas identidades. Uma pedagogia crítica deve buscar metodologias de organização do trabalho pedagógico coerentes com seus objetivos de impulsionar o desenvolvimento infantil em variados aspectos, ou seja, não apenas o cognitivo (SÁ & MESQUITA, 2012, p. 27).

Assim, é preciso se apropriar do conhecimento prévio formulado pelas crianças em suas experiências de vida como objeto de estudo e reflexão na escola, propiciando uma compreensão cada vez mais profunda e vasta sobre cada problema de sua realidade, desenvolvendo suas hipóteses e formulando conceitos a respeito dos diversos aspectos

de convívio social criando uma maior possibilidade de melhor interagirem com esses aspectos da vida em sociedade, ou seja, É preciso que a ação, a dimensão do fazer, da prática, esteja estreitamente vinculada aos conteúdos estudados (SÁ E MESQUITA, 2012). Isto possibilitará que a criança estabeleça novos conhecimentos significativos, além de valorizar os diferentes saberes de seu povo, comunidade, família, contribuindo para sua identificação cultural, social e política.

2. 2 A importância do ensino da oralidade em sala de aula

A escola é uma instituição do saber e culturalmente sistematizada com função de incluir socialmente o educando, possibilitando uma formação crítica em relação à sociedade visando ao seu posicionamento e à sua interpretação da mesma. Para que isso ocorra de forma completa e qualitativa, dependerá do domínio do aluno sobre o funcionamento do Sistema de Escrita Alfabético - SEA, visto que através dessa assimilação, a criança poderá compreender a sua realidade. É através da linguagem que as relações humanas se manifestam, amparadas nas condições mais diversas de comunicação, ou seja, a fala é um instrumento mediador da relação do homem com o mundo.

Cabe ao docente propiciar um maior contato e uma maior interação com esse objeto no processo de ensino aprendizagem da língua materna, facilitando o acesso e a prática educativa, pois é nessa apropriação da leitura e da escrita que está toda a base de formação do sujeito, oportunizando a leitura do mundo em que está inserido. Para Marchuschi (2008), a oralidade é uma prática social que se apresenta de diversas formas ou gêneros textuais constituído na realidade sonora para a comunicação. É por meio do convívio social que crianças se apropriam da língua falada e de suas formas de uso, não se dando conta da importância desse ato, devido à forma natural que isso acontece no cotidiano, ou seja,

Essa falta de compreensão sobre a importância social da oralidade não difere de outras concepções ao se tratar do seu uso no contexto escolar. A visão de que os alunos aprendem a falar em contexto familiar e que é na escola que se aprende a ler e a escrever dificulta a valorização do ensino dessa modalidade, uma vez que devemos partir do uso da linguagem falada para se chegar ao uso formal da linguagem escrita. (SOUZA & CAMPÊLO, s.a, s.p)

Muitos professores não consideram a importância da oralidade para a aprendizagem da língua materna. Como as crianças já chegam à escola sabendo falar, o foco do ensino é voltado para a escrita. Para que esse processo de aprendizagem da língua escrita ocorra de forma significativa, o aluno deve ter consciência de que a sua fala é uma prática social e que ela transporta valores e sentidos, que o modo de como falamos muda, conforme o contexto e o grau de formalidade, ou seja, o ensino da oralidade não deve ser visto de forma isolada, pois a fala não está dissociada da escrita.

Cyranka e Magalhães afirmam que:

Conceber oralidade como prática social na modalidade falada da língua significa, para o ensino, usar os gêneros textuais orais, selecionados a partir das reflexões do corpo docente, contemplando, de fato, uma proposta de prática social e discursiva. Em se tratando de propostas pedagógicas, o ensino sistematizado da oralidade envolve a interação com textos por meio de escuta, produção oral e análise linguística (ou reflexão linguística). Com base nelas, são construídos conhecimentos e conceitos sobre a linguagem, sobre os papéis sociais envolvidos na interação, sobre as relações entre fala e escrita, bem como a inserção do aluno em atividades de oralidade letrada. A língua falada está em foco, tanto no uso quanto na reflexão e não apenas sendo usada para outros fins (CYRANKA e MAGALHÃES, 2012, p.61)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam a importância de se trabalhar a oralidade, visando a preparar o aluno para as mais diversas interações sociais, em especial situações que envolvem um grande público e que necessita de uma maior formalidade, por exemplo, um seminário, um debate ou mesmo uma exposição, comprovando que a escola tem como função fazer com que o aluno compreenda que sua fala (discurso) deve ser pensada e planejada, tendo em vista o nível de formalidade do momento. Segundo os PCNs:

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas [...]. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la. (BRASIL, 1997, p. 25).

Para que esses objetivos sejam alcançados, o professor deve possibilitar a apropriação da leitura e da escrita com um conhecimento necessário para o posicionamento do aluno, de forma crítica diante dos diferentes textos que circulam

socialmente, indo além da compreensão do sistema no qual estamos inseridos, ampliando, também, os seus conhecimentos no que se trata do simples aprendizado da decodificação de sinais gráficos. O seu ensino deve ser ressaltado em textos orais e escritos e que façam sentido para o seu cotidiano.

O trabalho com a oralidade no ensino da língua materna e o modo como ele é realizado influenciará nas relações discursivas, tanto em sala de aula, como no contexto escolar. O ato pedagógico deve incluir questões que encaminhem a prática oral ampliando e promovendo a formação linguística do aluno, permitindo a este mergulhar no mundo em que a atividade oral é a base para uma inserção social.

Compreendemos que a modalidade oral é muito mais utilizada do que a escrita, pois é por meio da fala que participamos das mais diversas situações que a utilizam como principal canal de comunicação. Por exemplo, uma entrevista de emprego ou mesmo quando defendemos nosso ponto de vista. Em suma, diante desse cenário social, apontamos para a necessidade do ensino da oralidade durante o processo de alfabetização, levando em consideração que saber se comunicar oralmente contribui para a formação de sujeitos que participam ativamente na sociedade.

3. Métodos

Para analisar as práticas de ensino da oralidade em salas de aula multisseriadas no ciclo de alfabetização da Escola Municipal Rural Menininha Batista, realizamos uma abordagem qualitativa, pois essa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. “A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigando em suas múltiplas dimensões” (MINAYO, p.43).

Tendo como campo de investigação uma escola pública rural da rede municipal de Jabotão dos Guararapes, os dados foram coletados em dois momentos. Primeiro, através de oito observações participantes realizada no campo de pesquisa que, para Minayo, se realiza no

Contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. [...] Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados

diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo da vida real (MINAYO, 1994, p.59-60)

Essas observações consistiam na participação real do observador na vida da comunidade, assumindo, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo, facilitando o acesso aos dados por meio de situações habituais em que os membros da comunidade se encontram envolvidos (GIL, 1987). Essas correram de forma sistemática, total de oito aulas analisadas, num período de quinze dias corridos.

Em um segundo momento após as observações, utilizamos entrevistas semiestruturadas, levantando o perfil da docente e suas práticas do ensino da oralidade. Segundo Minayo a entrevista é:

Um procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, em quanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 1994, p.57)

Para atingirmos os objetivos propostos esta pesquisa a Escola Municipal Rural Professora Menininha Batista possui apenas uma única docente que se enquadre no perfil da pesquisa: Ser docente numa sala multisseriada do ciclo de alfabetização.

Registramos, ainda, a título de complementação das análises realizadas nas etapas anteriores, através de roteiros de observação e de fotografias, o cotidiano vivenciado no campo de pesquisa, o que possibilitou a ampliação do conhecimento do objeto em estudo.

Para analisar os dados obtidos, utilizamos a análise de conteúdos, baseada no método *hermenêutico-dialético*, que trata dos atores sociais situados em seu contexto para melhor serem compreendidos. Os pressupostos do método de análise têm como ponto de partida favorecer a ideia de que não existe um consenso e nem um ponto final no processo de produção de conhecimento e se refere ao fato de que a ciência se faz numa relação dinâmica entre a prática e a realidade concreta (MINAYO, 1994).

4. Resultados e Discussão

A Escola Rural Menininha Batista, fundada em 20 de dezembro de 1994, como Escola Rural Engenho Megaípe, foi rebatizada no ano de 2001, em homenagem a

professora Menininha Batista, pelo seu trabalho e dedicação à erradicação do analfabetismo no município de Jaboatão dos Guararapes. Localizada a 2,3 km da Br101 e 3 km da comunidade de Muribeca Rua, é considerada uma escola de difícil acesso. Para chegar até ela, é necessário utilizar os serviços de moto-táxi ou caminhar cerca de 40 minutos ou até mais de uma hora, dependendo das condições do tempo, em uma estrada de barro batido no meio dos canaviais. No período chuvoso, a dificuldade aumenta devido à lama que, muitas vezes, impede o tráfego das moto-táxi, dificultando ainda mais a locomoção das professoras, demais funcionários e dos próprios alunos.



Figura 1 – Acesso à escola. Acervo pessoal

A escola possui uma estrutura precária. Instalada em local improvisado, em um prédio tombado como patrimônio histórico, por se tratar de um antigo engenho de cana-de-açúcar, não pode passar por reformas estruturais, necessárias à sua adequação. Com mobília deteriorada e com poucas condições de uso não favorece o conforto dos estudantes.

As salas de aula estão distribuídas em dois prédios. No principal, existem quatro salas, sendo três delas interligadas, destinadas às turmas de ensino fundamental, e uma utilizada como depósito/arquivo. Em um galpão anexo, funcionam a sala do ensino infantil, que também abriga a secretaria e é utilizada como área de lazer e convivência dos alunos. Dois banheiros, para uso dos alunos, localizam-se entre os dois prédios. A cozinha fica por trás das salas de aula. As condições desses espaços são precárias e somam-se a problemas na parte hidráulica e de esgoto.



Figura 2 – A escola. Acervo pessoal

A Escola atende, atualmente, à educação infantil e ao ensino fundamental, ambos no período matutino. Seu quadro de funcionários é composto por quatro professoras, sendo apenas uma efetiva, duas agentes em manutenção e infraestrutura escolar, ambas efetivas, e uma gestora escolar. O quadro abaixo apresenta a relação de funcionários, função desempenhada, formação e tipo de vínculo, informações coletadas através de entrevistas.

QUADRO 1
Relação funcionários, função, formação e vínculo

Funcionária	Função	Formação	Vínculo
Cícera Maria Pantaleão da Cunha	Gestora	Graduação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia	Efetiva
Maria Zuleide da Silva	Professora da Educação Infantil	Graduação em Teologia, especialização em Psicopedagogia	Efetiva
Rute Marinho da Silva	Professora do 1º Ano do Ensino Fundamental	Graduação em Pedagogia	Contrato
Márcia Fernanda da Silva	Professora do 2º ano e 3º ano ensino Fundamental	Magistério, graduação em Ciências Biológicas	Contrato
Ana Paula Oliveira	Professora do 4º ano e 5º ano Ensino Fundamental	Graduação em Pedagogia	Contrato
Lucileide Ramos de Souza	Agente de manutenção de infraestrutura escolar	Normal Médio, Contabilidade (cursando)	Efetivo
Vanda Maria Lins de Holanda	Agente de manutenção de infraestrutura escolar	Fundamental incompleto	Efetivo

Por ser uma escola de pequeno porte, possui apenas quatro turmas que atendem aos 52 alunos matriculados, divididos em uma turma seriada e três multisseriadas. Segundo a gestora, na escola não ocorre distorção idade-série como apresenta o quadro abaixo, construído com os dados disponibilizados pela mesma.

QUADRO 2
Distribuição dos alunos por turma, turno, quantidade e média de idade

Turma	Turno	Quantitativo de aluno	Media de Idade
Multisseriada 1º e 2º ano da 2º Etapa	Manhã	1º ano - 09 alunos 2º ano – 06 alunos	04 anos 05 anos
1º ano Ensino Fundamental	Manhã	07 alunos	06 anos
2º e 3º ano do Ensino fundamental	Manhã	2º ano - 08 alunos 3º ano - 07 alunos	07 anos 08 anos
Multisseriada 4º ano e 5º ano do ensino Fundamental	Manhã	4º ano – 08 alunos 5º ano – 07 alunos	10 anos 11 anos

Fonte: matrículas referentes ao ano de 2015, disponibilizadas pela gestora da Escola.

No entanto, verificamos graves problemas no fluxo escolar, pois muitas crianças estão oficialmente matriculadas na turma adequada à sua idade, mas assistem às aulas em turmas anteriores a sua, ou seja, os alunos estão devidamente matriculados na turma multisseriada de 4º e 5º ano, mas por não serem alfabetizados estão frequentando as aulas na turma de 2º e 3º ano do ensino fundamental. Isso está relacionado à garantia de recursos que provêm de verbas do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, que consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica, tendo com objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, segundo o censo escolar do ano anterior ao do repasse. Além dessa fonte, a verba origina-se do Mais Educação, e é administrada pelo Conselho Escolar – CE.

A proposta pedagógica apresentada no seu Projeto Político Pedagógico - PPP visa a preparar os estudantes, oferecendo um ensino de qualidade, numa perspectiva político-critica participativa e contextualizada. Incluindo nessa expectativa de inclusão da comunidade, a escola possui projetos como escola Bíblica de férias, passeios e oficinas que abordam temas como ética, cidadania, sexualidade, entre outros. No ano de 2003, a escola, atendendo aos anseios da comunidade, começou o Projeto Desperta Débora, formado por mães da comunidade que se reúnem uma vez por mês na escola para orarem pelos seus filhos. Nessa concepção, busca resgatar a cidadania plena do homem

do campo, com praticas pedagógicas por meio da “interdisciplinaridade como forma de suscitar uma escola contextualizada, prática e viva, respeitando tudo que é criado por Deus e proclamando a paz entre os homens”.

A proposta pedagógica para a educação infantil é baseada no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI, numa proposta sócio construtiva. O ensino Fundamental é baseado na Proposta Curricular da Rede de Jaboatão dos Guararapes que tem como norteador aos Parâmetros Curriculares Nacionais, desenvolvendo um trabalho de acordo com a realidade dos estudantes em que os temas transversais são trabalhados de forma interdisciplinar visando ao resgate da cidadania do homem do campo. Dentre os objetivos da Escola Rural Menininha Batista estão: possibilitar a construção da identidade dos estudantes a partir das relações sócio-histórico-culturais de forma autentica e contextualizada; Assegurar o acesso a e permanência de todos no espaço educativo; Oferecer oportunidade de acesso ao saber científico, entre outros.

Propõe uma gestão democrática e participativa contextualizada nos processos sociais, políticos e econômicos que influenciam na ação educativa escolar. Assim, a sua estratégia educacional que se apresenta aos projetos de emancipação política, cultural econômica e social do homem e da mulher do campo, tendo como foco que educar é também ensinar a importância de participar e pensar o campo como parte da unidade, e que o campo e a cidade se completam sem se excluírem.

É formada por uma comunidade que sobrevive do trabalho agrícola, do corte da cana de açúcar e da manutenção dos canaviais. Em período de entre safra a comunidade sobrevive da venda de produtos agrícolas nas feiras de Prazeres, Jaboatão e Cavaleiro, em Jaboatão dos Guararapes, e em Pontes dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho. O cenário de pobreza, fome e analfabetismo presente na comunidade aparece com força na Escola. Além de passarem por dificuldades econômicas, muitos alunos têm dificuldade de chegar à escola, por causa do acesso precário, o que causa evasão escolar e problemas graves de frequência, além disso, não recebem ajuda dos pais nas atividades escolares, pois a maioria deles é analfabeta.

Com vistas a fortalecer a cultura local e a identidade do homem do campo, alguns projetos pedagógicos são trabalhados na Escola durante o ano letivo como: Família Brasileira Fortalecida, formado por palestras que visam ao desenvolvimento nas famílias da responsabilidade de cuidar, amar e proteger os seus filhos desde a gestação, fortalecendo os laços familiares; Nas ondas da Leitura – Projeto da rede Municipal de

Jaboatão dos Guararapes de incentivo a leitura; Grupo de Dança - Proporciona aos estudantes o acesso à musicalidade, a linguagem poética significativa, conhecendo o corpo e seus limites; Cultura Indígena e Afro-brasileira – Por meio da linguagem e dos saberes partilhados e discutidos no dia a dia, fortalecendo os vínculos culturais da comunidade por meio do resgate de suas origens; Desperta Débora – Ciclo de oração em que as mães dos alunos e da comunidade com o objetivo de colocar seus filhos no centro da vontade de Deus, realizado em encontros mensais com as mães. Tendo com lema “ninguém ora por um filho como uma mãe, imaginem milhares de mães orando juntas”; Projeto de leitura intitulado “A leitura e a escrita além dos muros da escola”, que busca envolver todos os pais, alunos e comunidade através de polos de leitura espalhados no entorno da escola.

Apesar de o Estado brasileiro ser laico, desde a Constituição de 1891, a escola demonstra uma forte ligação com questões religiosas. As práticas da oralidade são utilizadas, por exemplo, para a realização de leituras de passagens bíblicas, feitas diariamente, e de reuniões mensais do grupo de oração Desperta Débora. A escola busca em seu ambiente, de forma reflexiva, tratar valores morais com as crianças e os pais, através dos ensinamentos Cristãos, em especial, das doutrinas protestantes. Prática esta que acabou sendo incluída no currículo escolar naturalmente.

No aspecto pedagógico, focamos nossa atenção nas práticas da oralidade realizadas na turma multisseriada do ciclo de alfabetização da Escola Menininha Batista. Para isso, criamos critérios avaliativos articulados com os objetivos como o perfil da docente responsável pela turma, identificação da mesma com o campo, sua concepção do ensino da oralidade, e metodologia e planejamento utilizados para o ensino da oralidade.

Márcia Fernanda da Silva, 36 anos, residente do Cabo de Santo Agostinho, formada no curso de magistério e, posteriormente, em Licenciatura Plena em Biologia, pela Faculdade de Professores da Mata Sul - FAMASUL, em Palmares, atua em sala de aula há 10 anos e, pela primeira vez, este ano, ensina em uma turma multisseriada.

No que se refere ao critério de análise da identificação com o campo, a professora informou que morou em um engenho quando criança e estudou em uma escola lá existente, chegando a relatar sua experiência enquanto aluna de escola no campo:

Sei lá. É uma experiência que eu sentia falta de alguma coisa, nunca estava completo. Acho que... Os professores não se interessavam

muito, entendeu? Fica faltando algo... Da alfabetização, atenção que o professor não tinha, eu acho que por ser uma escola de engenho ela deixava bem à vontade, a desejar. (M.F.)

Esse fato, porém, não influenciou na sua escolha pela Menininha Batista. Na verdade, a docente não teve possibilidade de optar por outra instituição: “Não tive opção, eu fui pegar um contrato e ela (Secretaria Executiva de Educação) disse só tem essa. Ou você pega ou fica sem contrato”.

Ao ser questionada sobre sua concepção de oralidade e sobre o que é o ensino por meio da oralidade, ela demonstrou pouca compreensão sobre a importância desse ato, apenas relacionando a fala à produção de uma melhor escrita: “Trabalhar mais a fala do aluno, o oral do aluno. Às vezes, eles são melhores falando, às vezes, ... Do que na escrita e, às vezes, eles escrevem o que eles falam, se falam errado vão escrever errado (MF)”. Essa falta de compreensão da docente sobre o ensino da oralidade nos reforça a ideia que na sua concepção a escola apenas deve ensinar a ler e escrever o que a faz renegar a importância do ato de falar, da prática oral na sala de aula, sua relação entre falar bem e escrever bem fica destoada ao analisarmos que para ela a prática da oralidade é o simples ato de falar o que leva consequência à desvalorização da fala já que como sabemos é por meio da linguagem falada que chegamos à linguagem escrita.

Para analisarmos as práticas da docente, a metodologia e o planejamento, foram realizados três questionamentos: Como é pensado e elaborado o planejamento para o ensino da oralidade em uma sala multisseriada? Quais são as atividades propostas para alfabetizar por meio da oralidade? Quantas vezes na semana são desenvolvidas atividades orais e se elas colaboram para a construção e preservação da identidade do povo camponês?

Segundo a professora, a maioria das crianças da turma multisseriada está em um mesmo nível de aprendizagem, o que facilita a elaboração do planejamento e a utilização de métodos homogêneos, já que todas elas estariam, também, em processo de alfabetização. Na mesma fala, entretanto, a docente se contradiz, ao afirmar que existem alunos em níveis diferentes e alguns alfabetizados e outros não:

Mas, mas assim... Apesar de ser [sic] duas séries diferentes, eu peguei elas no mesmo nível, visse! Não estavam alfabetizados, aí quando eu cheguei tive que ensinar a família silábica tudinho [sic], porque quando se faz um ditado aqui tu vê [sic] que a maioria está no mesmo nível. Trabalhar duas salas com níveis... Assim, os níveis estavam

praticamente do mesmo jeito, mas os conteúdos diferentes. Eu achava que teria que fazer dois planejamentos, trabalhar os conteúdos diferentes, só eu vi que eles estão no mesmo nível, então eu fui tentando chegar. Quando... Tinha uns aqui, umas duas, que já estavam alfabetizadas, então, já que elas estavam alfabetizadas, eu trabalhava outros tipos de atividades. Com os que não estavam, já trabalhava outra, quando era ditado era ditado de palavras pra uns e pra elas duas era ditado de frase e assim fui levando (MF).

Supomos que não havia um planejamento sistemático das atividades, pois durante as oito aulas observadas, percebemos a falta de planejamento, devido à utilização constante das mesmas atividades. Ditado, formação de palavras e formação de frases foram estratégias utilizadas repetidamente no processo de alfabetização e de discussão dos conteúdos. Atividades, portanto, pouco elaboradas que não desafiam as crianças, nem estimulam a criatividade e a autonomia. Como exemplifica a imagem que se segue:

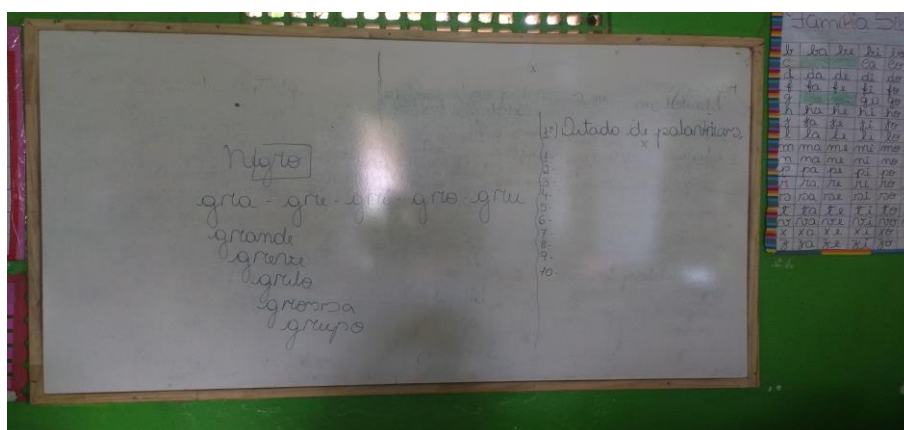


Figura 3 – Atividades propostas. Acervo pessoal

Sobre a elaboração de atividades para o ensino da oralidade, a professora informou que as mais utilizadas são leitura de histórias e ditados, como verificamos durante a observação as leituras ocorrem de formas individuais ou coletivas, as histórias geralmente são do livro didático ou de livros paradidáticos existentes na escola, e os ditados ocorrem a partir da escolha docente para o ensino uma família silábica e oralmente dita palavras com a escrita inicial referente às sílabas apresentadas. O que demonstra que sua ideia de oralidade ainda está restrita ao ato de ler e falar, desconsiderando sua articulação a outros aspectos da vida social, como a construção e a conservação da cultura e da identidade camponesa: “Ditado, leio o [livro]. A gente lê muito texto, história, às vezes tem algum [aluno] que lê muito bem, tem uns que não sabe [sic] ler, mas eles acham que estão lendo” (MF). Diante desse aspecto verificamos que a docente não faz referências ao ato de ler como sendo uma prática de atividade de

desenvolvimento da oralidade dos estudantes. Leitura oralizada de textos escritos não caracteriza uma atividade que demanda de linguagem oral, para que o objetivo de se trabalhar o oral dos estudantes é necessário não apenas a leitura, mas atividades que façam sentido e que reforce a compreensão do ato de se expressar oralmente de forma contextualizada nas mais diversas situações públicas.

Verificamos que nesta Escola existem práticas de ensino que utilizam a oralidade, porém não como um instrumento facilitador da alfabetização em uma turma multisseriada. As atividades orais acontecem de forma coletiva e revestem-se de um cunho religioso, pois ocorrem por meio de leituras e reflexões de passagem bíblicas.

Há cerca de quinze anos, diariamente, antes do início das aulas, a gestora reúne todos os alunos e professores para um momento de oração, no qual realiza a leitura do texto bíblico, abrindo uma roda de diálogo e debate sobre o que foi lido, buscando refletir sobre valores morais e sociais para o convívio na comunidade e, também, relaciona-os com os conteúdos escolares.

O ensino religioso nas escolas públicas tem sido muito discutido no meio educacional, pois têm ocorrido episódios frequentes de intolerância religiosa, por parte de alunos e dos próprios professores da disciplina, em virtude da abordagem dada ao tema. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394/96, garante o ensino religioso nas instituições de ensino públicas, como componente curricular de oferta obrigatória e matrícula facultativa, assegurando a diversidade cultural e religiosa como “[...] parte integrante da formação básica do cidadão [...] vedadas quaisquer formas de proselitismo” (LDB, 1996).

Apesar de não existir formalmente a oferta da disciplina de religião na Escola Menininha Batista, observamos que as atividades descritas anteriormente se consolidaram no cotidiano de alunos, pais e professores, como um reflexo da comunidade na qual a Escola esta inserida. Uma comunidade rural, em que a grande maioria das famílias professa religiões de denominação evangélica. Isso demonstra que, nesse aspecto, a oralidade está a serviço da manutenção de um modo de vida dessa comunidade, fortemente ligada às questões religiosas.

Vale destacar que a implementação do “Momento com Deus”, atividade de reflexão das passagens bíblicas supracitadas, surgiu por iniciativa da gestora, Cícera Maria Pantaleão da Cunha, que está no cargo há quinze anos, por indicação da Secretaria de Educação. A proposta foi bem acolhida pela comunidade e se integrou ao

dia a dia da Escola, tornando-se a principal forma do uso da oralidade, mesmo que de forma dissociada da prática pedagógica.

5. Considerações Finais

Como sabemos alfabetizar vai além da escrita e codificação e decodificação do Sistema de Escrita Alfabética SEA, alfabetizar uma criança é proporcionar-lhe o acesso a uma cultura existente para além dos saberes que envolve a escrita e a leitura e dar-lhe condições de explorar o mundo através de uma cultura letrada existente. Para que isso ocorra é necessário inseri-la num ambiente que lhe proporcione contato com os mais diversos saberes envolvidos nesse processo que é alfabetizar. Onde ler, escrever e falar tornam vias de acesso e propagação da cultura local. Como no ambiente rural o acesso a materiais escritos é insuficiente, observamos que a forma mais utilizada de transferência de conhecimento e cultura local é passada de forma oral, e isso foi por muitos séculos a única forma de se transmitir conhecimento.

Ao alfabetizar um aluno do campo temos que ter em mente a necessidade da ampliação de conhecimento existente como também a reafirmação dos valores dos povos do campo e favorecer uma aprendizagem significativa, e de sentido para esses alunos. Além dessa realidade a escola do campo se depara com o fenômeno da multisseriação neste tipo de organização, a professora trabalha na mesma sala de aula, com alunos de várias séries simultaneamente, visando diminuir a evasão escolar.

Partindo desse panorama, essa pesquisa analisou as estratégias para o ensino da oralidade em salas multisseriadas do ciclo de alfabetização na Escola Municipal Rural Menininha Batista, localizada em Jaboatão dos Guararapes, através da investigação do uso de recursos didáticos para o ensino da oralidade, que busquem uma afirmação desse método como instrumento de alfabetização e preservação da identidade e da cultura camponesa. Utilizamos como recursos metodológicos observações, com elaboração de diários, entrevistas semiestruturadas e produção de imagens fotográficas, em nível de ilustração do *locus* de pesquisa.

O trabalho teve como objetivo analisar a concepção de docentes sobre o uso da oralidade como método facilitador da alfabetização em uma turma multisseriada, e as suas diversas visões sobre essa prática pedagógica e as questões inerentes à educação do campo com cultura e identidade. Vimos que a escola visando o fortalecimento da cultura local e da identidade do homem camponês trabalha com projetos pedagógicos que buscam a afirmação da cultura local e também de suas raízes indígenas e afro-brasileiras, fortalecendo a participação social na discussão de temas culturais relevantes à comunidade. No entanto quando nos voltamos às práticas docentes percebemos a falta de planejamento nas atividades que busquem essa valorização do homem do campo, focando-se apenas no processo de leitura e escrita por meio de atividades constantes e repetitivas e sem contextualização com a realidade das crianças. Constatamos que na concepção da professora, a ideia de oralidade se restringe ao ato de ler e falar, desconsiderando sua importância em outros aspectos e características da vida social na construção e a conservação da cultura e da identidade do aluno.

Nessa Escola a prática da oralidade para fins de conservação e reafirmação da cultura local é trabalhada na escola em outro contexto fora da sala de aula, numa atividade coletiva e por meio de reflexões de passagens bíblicas antes das aulas e também em reuniões mensais do grupo de oração das mães da comunidade. Apesar de não existir formalmente a oferta da disciplina de religião na Escola Menininha Batista essas práticas concretizam com sendo parte da cultura e do cotidiano de alunos, pais e professores, sendo um reflexo da comunidade na qual a Escola está inserida. Uma comunidade rural, em que a grande maioria das famílias professa religiões de denominação evangélica.

Nesse sentido, as atividades aqui apresentadas podem conferir ao aluno um aprendizado parcial da importância da oralidade. Esperamos que a partir desse trabalho possamos desenvolver o olhar do professor de forma que não renegue uma cultura para sobrepor outra, e que o desenvolvimento de atividades de reflexão possa resultar um melhor desempenho em diversas em diversas práticas sociais, inclusive escrita, bem como nas regras sociais que regulam as cenas comunicativas orais.

Em relação a trabalhos futuros este trabalho fornece algumas opções no que diz respeito ao ensino da oralidade e o seu uso no espaço escolar como outros aspectos que se apresentaram durante o desenvolvimento da pesquisa: A oralidade como meio de propagação da cultura local; como vimos que a sua utilização nessa escola é fortemente relacionada à consolidação de princípios religiosos em qual está inserida; A concepção

metodológica dos docentes no ensino fundamental sobre o ensino da oralidade, como os resultados da pesquisa apresentaram, a docente ainda atrela a perspectiva de ensino da oralidade ao ato de falar, sem reflexões da importância do uso consciente da fala em situações sociais que demandem uma maior importância do uso do discurso oral; A importância de se trabalhar a oralidade das crianças desde o início de sua escolarização, pois como foi apresentado, a escola ainda desvaloriza o aprendizado oralidade em sala de aula voltando-se apenas ao exercício do ensino da leitura e da escrita

Sob essa perspectiva vimos que este trabalho possibilitara aos pesquisadores desenvolver analogicamente os mais variados assuntos que foram abordados a cerca da Educação do Campo. Entendemos que questões pertinentes ao campo são difíceis de serem tratadas por envolverem vários aspectos sociais: o governo, a sociedade, a profissionalização dos professores e muitas vezes até o preconceito com a temática. Nesse sentido, reforçamos a ideia de que a Escola é um lugar que promove o ser humano, fazendo-o refletir e agir sobre sua realidade e da sua totalidade, em vez de apenas aceitá-la ou adaptar-se a ela.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Planejamento do Ensino na Perspectiva da Diversidade: Educação do Campo: Unidade 02 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.*

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Currículo no ciclo de alfabetização: Perspectiva para uma educação do campo. Educação do Campo: Unidade 01 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.*

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de apoio à gestão Educacional. *Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa: O Trabalho com gêneros textuais em turmas multisseriadas: Educação do Campo: Unidade 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.*

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Departamento de políticas de educação infantil e ensino fundamental. *Indagações sobre o currículo: Currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: MEC, SEB, 2007.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB 1*, de 3 de abril de 2002.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB 2*, de 28 de abril de 2008.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacional (PCN'S)*. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental Ensino de primeira à quarta série – Brasília : MEC, SEF 1997.

CYRANKA, L. F.; SCAFUTTO, M. L.; MAGALHÃES, T. G. Variação, gramática, oralidade: contribuições da linguística para a prática do professor de português. In: *Formação de professores no mundo contemporâneo: desafios, experiências e perspectivas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

CNE. *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002*, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas: 1989.

LIMA, Elmo de Souza, *O currículo das Escolas do Campo: Perspectivas de Rupturas e Inovação*, s.d, s.p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOUZA, Maria Betânia Dantas de, CAMPÊLO, Márcia Rejane Brilhante. *Oralidade nos anos iniciais do ensino fundamental de língua portuguesa: Algumas considerações* [S.l. s.d.].

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. In: *Revista de Educação AEC*. Brasília: abril de 1992 (n. 83). Vol ano 1992